



CAMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GILSON DANIEL – PODE/ES

REQUERIMENTO URGÊNCIA – ART.155 – PL 4501/2021
(Do Srs. Gilson Daniel e Leo Prates)

Requer a urgência para a apreciação do **PL nº 4501/2021** que *“Autoriza a dedução de doações ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) e aos entes subnacionais em caso de situação de emergência ou estado de calamidade, no imposto de renda devido pelas pessoas físicas e pelas pessoas jurídicas.”*

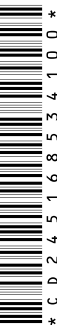
Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, XV, combinado com o art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a urgência na tramitação do PL 4501/2021, de autoria da Dep. Celina Leão, que *“Autoriza a dedução de doações ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) e aos entes subnacionais em caso de situação de emergência ou estado de calamidade, no imposto de renda devido pelas pessoas físicas e pelas pessoas jurídicas.”*

Sala das Sessões, de maio de 2024.

Deputado **GILSON DANIEL**
PODE/ES

Deputado **LEO PRATES**
PDT/BA





Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) **(Do Sr. Gilson Daniel)**

Requer a urgência para a apreciação do PL nº 4501/2021 que “Autoriza a dedução de doações ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) e aos entes subnacionais em caso de situação de emergência ou estado de calamidade, no imposto de renda devido pelas pessoas físicas e pelas pessoas jurídicas.”

Assinaram eletronicamente o documento CD245168534100, nesta ordem:

- 1 Dep. Gilson Daniel (PODE/ES)
- 2 Dep. Leo Prates (PDT/BA)
- 3 Dep. Romero Rodrigues (PODE/PB) - LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE *-(P_7397)
- 4 Dep. Raimundo Santos (PSD/PA)
- 5 Dep. Laura Carneiro (PSD/RJ)
- 6 Dep. Saullo Vianna (UNIÃO/AM)
- 7 Dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARI/RJ) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD *-(P_7737)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

